

Regional de Agricultura da Beira Litoral — autorizada a passar à situação de licença sem vencimento por um período de 90 dias, com efeitos a partir de 5 de Setembro de 2005. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

13 de Setembro de 2005. — Pelo Director Regional, o Director de Serviços de Administração, *António José Baetas da Silva*.

### Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas, I. P.

**Louvor n.º 1371/2005.** — Por imperativo legal, dado ter chegado ao término o período da sua requisição, cessa as funções que vinha a desempenhar neste Instituto, no secretariado da presidência, a chefe de secção do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação, *Maria Jarmela Palos Gomes Ferreira*.

Tendo presente a forma exemplar como desempenhou, ao longo dos últimos três anos, as referidas funções de secretariado do vice-presidente, sendo de destacar as suas qualidades pessoais, a par da lealdade, da competência, do zelo e da disponibilidade manifestados no exercício das mesmas, louvo a chefe de secção *Maria Jarmela Palos Gomes Ferreira*, entendendo dever dar expressão de público louvor.

15 de Setembro de 2005. — O Vice-Presidente, *Mário Abreu*.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

### Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P.

**Despacho n.º 20 535/2005 (2.ª série).** — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau, designadamente director de serviços, seja efectuado por selecção, de entre os funcionários com seis anos de experiência profissional em carreira cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º e que, terminado o prazo para apresentação das candidaturas, a escolha, conforme o n.º 2 do citado artigo, deverá recair no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço;

Considerando que o licenciado *António Amaro Rodrigues* reúne os requisitos gerais para o exercício de cargos dirigentes, é possuidor de um relevante currículo profissional e detém perfil e experiência profissionais adequados ao cargo de director de serviços de Reparação de Riscos Profissionais, factores indispensáveis às atribuições e objectivos do cargo a prover:

Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, tendo em conta o consignado no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 160/99, de 11 de Maio, e, ainda, de acordo com o n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino o seguinte:

1 — É nomeada, por urgente conveniência de serviço, em comissão de serviço, pelo período de três anos, director de serviços de Reparação de Riscos Profissionais do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P., o licenciado *António Amaro Rodrigues*, assessor jurídico principal do quadro este Centro.

2 — Esta nomeação produz efeitos a partir do dia 14 de Setembro de 2005.

#### Nota biográfica

*António Amaro Rodrigues*, assessor jurídico principal, licenciado em Direito, iniciou a carreira profissional em 10 de Fevereiro de 1972 na ex-Caixa de Previdência dos Empregados da Assistência como oficial administrativo. Foi transferido para a ex-Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais (CNSDP), onde foi promovido a técnico superior de 2.ª classe, passando a exercer funções nos Serviços Jurídicos e Contencioso. Exercia as funções de advogado da instituição

Como actividades especiais, representou a CNSDP nos grupos de regulamentação da Lei de Bases da Segurança Social e implementou

a transferência de responsabilidade das doenças profissionais das companhias de seguros para a CNSDP.

Foi transferido para o INSCOOP — Instituto António Sérgio para o Sector Cooperativo em 30 de Abril de 1987, onde exerceu funções de apoio jurídico e formação profissional no âmbito do Fundo Social Europeu.

Foi transferido para a Direcção-Geral dos Serviços Prisionais em 1 de Março de 1990. Coordenou os estabelecimentos prisionais que lhe estavam destinados. Participou na elaboração do protocolo de formação profissional de reclusos e na sua implementação.

Regressou ao INSCOOP, como técnico superior principal, em 10 de Fevereiro de 1992. Como actividades específicas coordenou o grupo de revisão do Código Cooperativo e o Regime Jurídico das Cooperativas de Solidariedade Social. Coordenou a delegação portuguesa, na União Europeia, em Bruxelas, na discussão do Estatuto da Sociedade Cooperativa Europeia e na directiva sobre a participação dos trabalhadores, entre 1993 e 1995. Participou na discussão do *dossier* sobre a «Decisão do Conselho relativa ao programa plurianual de acções comunitárias a favor das cooperativas, mutualidades, associações e fundações da Comunidade», em 1995.

Desempenhou funções de assessor no Gabinete do Secretário de Estado da Inserção Social, entre 1 de Agosto de 1996 e 1 de Maio de 2000.

Exerceu as funções de chefe de divisão do Gabinete Jurídico do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, de 2 de Maio de 2000 a 14 de Dezembro de 2005.

Exerce funções, em regime de substituição, de director de serviços de Reparação e Recuperação de Incapacidades, desde 15 de Dezembro de 2004.

16 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Gertrudes Conceição Loureiro*.

**Despacho n.º 20 536/2005 (2.ª série).** — Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, prevê, no seu artigo 2.º, n.º 4, conjugado com o artigo 20.º, que o recrutamento dos titulares dos cargos de direcção intermédia de 1.º grau, designadamente director de serviços, seja efectuado, por selecção, de entre os funcionários com seis anos de experiência profissional em carreira cujo provimento seja legalmente exigível uma licenciatura, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direcção, coordenação e controlo;

Considerando que foi dado cumprimento ao estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º e que, terminado o prazo para apresentação das candidaturas, a escolha, conforme o n.º 2 do citado artigo, deverá recair no candidato que, em sede de apreciação de candidaturas, melhor corresponda ao perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço;

Considerando que a licenciada *Maria da Conceição Santa Amada Lopes Trancoso Vaz* reúne os requisitos gerais para o exercício de cargos dirigentes, é possuidora de um relevante currículo profissional e detém perfil e experiência profissionais adequados ao cargo de chefe de divisão do Gabinete Jurídico, factores indispensáveis às atribuições e objectivos do cargo a prover:

Ao abrigo das disposições conjugadas nos artigos 20.º e 21.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, tendo em conta o consignado no artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 160/99, de 11 de Maio, e, ainda, de acordo com o n.º 4 do artigo 37.º da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, determino o seguinte:

1 — É nomeada, por urgente conveniência de serviço, em comissão de serviço, pelo período de três anos, chefe de divisão do Gabinete Jurídico do Centro Nacional de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P., a licenciada *Maria da Conceição Santa Amada Lopes Trancoso Vaz*, assessora jurídica do quadro deste Centro.

2 — Esta nomeação produz efeitos a partir de 14 de Setembro de 2005.

16 de Setembro de 2005. — A Presidente do Conselho Directivo, *Gertrudes Conceição Loureiro*.

#### Nota curricular

*Maria da Conceição Santa Amada Lopes Trancoso Vaz*, licenciada em Direito, Ciências Jurídicas, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em 1987.

Frequentou e concluiu o estágio de advocacia, com a classificação final de 16 valores.

Membro da Ordem dos Advogados.

Entre 1991 e 1995 foi articulista e responsável pelo consultório jurídico de uma publicação mensal de tiragem nacional.

Entre 1991 e 1995 colaborou, como consulente, com o Gabinete Jurídico da Ordem dos Advogados.

Admitida, em 2 de Março de 1992, na Caixa Nacional de Seguros de Doenças Profissionais (CNSDP), presentemente Centro Nacional

de Protecção contra os Riscos Profissionais, I. P., (CNPRP), através de contrato a prazo, para exercer funções de jurista e advogada no Gabinete Jurídico e de Contencioso.

Nomeada técnica superior de 2.ª classe dos Serviços Jurídicos e de Contencioso do quadro da CNSDP, em 1992.

Nomeada coordenadora do Gabinete Jurídico e de Contencioso da ex-CNSDP, em 1995.

Nomeada técnica superior de 1.ª classe dos Serviços Jurídicos e de Contencioso do quadro do CNPRP, em 1996.

Nomeada consultora jurídica principal do quadro de pessoal do CNPRP, em 2000.

Nomeada assessora jurídica do quadro de pessoal do CNPRP, em 2004.

Nomeada chefe de divisão do Gabinete Jurídico e de Contencioso, em regime de substituição, em Janeiro de 2005.

Das actividades desenvolvidas na ex-CNSDP e no CNPRP fazem parte as intervenções em tribunal em representação da instituição, num número elevado de actos judiciais, bem como a participação activa em grupos de trabalho, nomeadamente na regulamentação das doenças profissionais em conformidade com o novo regime jurídico aprovado pela Lei n.º 100/97, de 13 de Setembro.

Integrou o grupo de trabalho, para dar contributo ao projecto de artigo para EUROGIP (Groupement de l'Institution Prévention de la Sécurité Sociale pour l'Europe).

Representou a CNSDP no grupo de trabalho para a elaboração do projecto de diploma sobre acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Integrou, no Ministério do Emprego e da Solidariedade, o grupo de trabalho que elaborou o *Guia do Beneficiário* e o *Guia do Contribuinte*.

Integrou a equipa executiva no âmbito do projecto informático «Criação de uma nova base de dados de riscos profissionais».

## Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, I. P.

**Rectificação n.º 1622/2005.** — Por ter sido publicado com inexactidão o n.º 7 do aviso n.º 8034/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 176, de 13 de Setembro, rectifica-se que onde se lê:

«7 — Local de afixação — a relação de candidatos admitidos ao concurso é afixada nos locais abaixo mencionados, bem como a lista de classificação final, a qual será ainda publicitada nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.»

deve ler-se:

«7 — Local de afixação — a relação de candidatos admitidos ao concurso é afixada nos locais abaixo mencionados, bem como a lista de classificação final, a qual será ainda publicitada nos termos do artigo 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

Avenida de Manuel da Maia, 58, rés-do-chão, Lisboa;  
Avenida de António Serpa, 32, rés-do-chão, Lisboa;  
Avenida da Boavista, 900, rés-do-chão, Porto.»

13 de Setembro de 2005. — A Directora de Carreiras e Desenvolvimento, *Isabel Rodrigues*.

## MINISTÉRIO DA SAÚDE

### Secretaria-Geral

**Aviso n.º 8408/2005 (2.ª série).** — Na sequência do concurso de admissão a estágio de especialidade dos diversos ramos dos técnicos superiores de saúde, conforme o aviso n.º 18 121/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 298, de 28 de Dezembro de 2000, com as alterações introduzidas pelo aviso n.º 496/2001, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 10, de 12 de Janeiro de 2001, e em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 39.º da Portaria n.º 796/94, de 7 de Setembro, publica-se a classificação final de estágio da candidata a seguir indicada, que ocupou a vaga do ramo de física hospitalar, homologada pelo secretário-geral em 10 de Setembro de 2005:

Dr.ª Ana Rafael Valente Gonçalves Roda, colocada no Instituto Português de Oncologia Francisco Gentil — Centro Regional de Oncologia de Lisboa, S. A. — 17,19 valores.

12 de Setembro de 2005. — O Secretário-Geral, *Rui Gonçalves*.

## Direcção-Geral da Saúde

### Centro Hospitalar da Póvoa de Varzim/Vila do Conde

**Aviso n.º 8409/2005 (2.ª série).** — Devidamente homologada por deliberação do conselho de administração de 7 de Setembro de 2005 e nos termos do n.º 34, da secção VII, da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, a seguir se publica a lista de classificação final do concurso institucional interno para provimento de um lugar de assistente hospitalar de pneumologia, da carreira médica hospitalar, do quadro de pessoal deste Centro Hospitalar, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 24 de Janeiro de 2005:

- 1.º Maria Joana Reis Amado — 19,5 valores.
- 2.º Maria Lourdes Iglesias Peres — 18,5 valores.
- 3.º Francisco Cadarso Vasquez — 17,5 valores.

Nos termos do n.º 35, da secção VII, da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, os candidatos dispõem de 10 dias úteis a contar da data da publicação da presente lista para recorrerem.

Em caso de recurso, a petição deverá ser dirigida à Secretária de Estado Adjunta e da Saúde e dar entrada neste Centro Hospitalar.

12 de Setembro de 2005. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *António Paraíso de Almeida Machado*.

**Aviso n.º 8410/2005 (2.ª série).** — Devidamente homologada por deliberação do conselho de administração de 7 de Setembro de 2005 e nos termos do n.º 34 da secção VII da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, a seguir se publica a lista de classificação final do concurso institucional interno para provimento de uma vaga de assistente hospitalar de ginecologia/obstetrícia, da carreira médica hospitalar, existente no quadro de pessoal à data de abertura do concurso e ainda das vagas que venham a ocorrer no prazo de dois anos contados da publicação da lista de classificação final, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 16, de 24 de Janeiro de 2005, e rectificação publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 79, de 22 de Abril de 2005:

- 1.º Maria Cristina Sampaio Lino — 18,7 valores.
- 2.º Ana Paula da Cunha Machado — 15,5 valores.
- 3.º Saritta Andrade Melepe de Nápoles — 15,2 valores.

Nos termos do n.º 35 da secção VII da Portaria n.º 43/98, de 26 de Janeiro, os candidatos dispõem de 10 dias úteis, a contar da data da publicação da presente lista, para recorrerem.

Em caso de recurso, a petição deverá ser dirigida à Secretária de Estado Adjunta e da Saúde e dar entrada neste Centro Hospitalar.

12 de Setembro de 2005. — O Vogal Executivo do Conselho de Administração, *António Paraíso de Almeida Machado*.

### Hospital Distrital de São João da Madeira

**Aviso n.º 8411/2005 (2.ª série).** — Para os devidos efeitos publica-se que o Dr. José Pedro Nunes de Oliveira Cadilhe, único candidato classificado no concurso interno geral para provimento de um lugar de assistente hospitalar de urologia, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 305, de 31 de Dezembro de 2004, tendo sido notificado para, no prazo estipulado por lei, comparecer neste Hospital a fim de ser nomeado na respectiva categoria e não tendo comparecido, nem apresentado desistência, o mesmo é retirado da lista de classificação final, ficando o concurso deserto por falta de candidatos.

15 de Setembro de 2005. — O Vogal Executivo, *José Duarte da Costa*.

### Instituto Nacional da Farmácia e do Medicamento

**Aviso n.º 8412/2005 (2.ª série).** — Por despacho de 4 de Julho de 2005, no uso de competência delegada, de harmonia com o disposto no artigo 8.º do Decreto Regulamentar n.º 61/94, de 12 de Outubro, autorizo a sociedade Pharmis Biofarmacêutica, L.ª, com sede na Praceta do Farol, lote 101, 2750-341 Cascais, a manter a autorização, anteriormente concedida à Sociedade ASB Farmacêutica, L.ª, para comercializar por grosso e importar substâncias estupefacientes, psicotrópicas e seus preparados, nas suas instalações, sitas na Avenida de Manuel Júlio Carvalho e Costa, 252, 2750-423 Cascais, sendo esta autorização válida por um ano a partir da data desta publicação e